EuroDefense Portugal

NEWSLETTER

NÚMERO 6 | JUNHO 2021

Decorreu no período de 16 a 18 de junho o Conselho de Presidentes e a Reunião Internacional da rede europeia EURODEFENSE, que engloba associações de 15 Estados Membros da União Europeia e do Reino Unido. Além da delegação nacional, participaram presencialmente delegações da Áustria, Dinamarca, França e Holanda, tendo as restantes seguido todos os trabalhos em videoconferência.
O evento decorreu no Instituto Universitário Militar, em Lisboa, tendo englobado um seminário europeu, onde foram debatidos assuntos da atualidade, contando com três painéis de especialistas nas áreas da cibersegurança e da segurança de infraestruturas críticas, do processo de transição energética e sobre uma nova arquitetura de segurança para a UE, em linha com a ambição de uma maior autonomia estratégica da União.
O Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, presidiu ao jantar oficial, tendo proferido uma alocução relativa ao atual contexto de segurança, aos desafios que se colocam à União Europeia neste domínio e às dinâmicas do novo impulso da relação transatlântica.
O CEMGFA, Almirante Silva Ribeiro, bem como o TGEN Barros Ferreira, Comandante do IUM e outras personalidades civis e militares, marcaram igualmente presença.

A NATO GLOBAL: UMA DÚVIDA PERTINENTE
Página 3

THE EXCESSIVE ENERGY DEPENDENCE OF THE EU ON EXTERNAL SOURCES
Página 4

SUGESTÕES DE LEITURA EURODEFENSE
Página 5

CRIAÇÃO DE UM NOVO GRUPO DE TRABALHO: ENERGIA, CLIMA, SEGURANÇA E DEFESA
Página 6

UMA ARQUITETURA DE DEFESA REVIGORADA

No âmbito da RIE 2021 (Reunião Internacional EURODEFENSE), teve lugar um seminário com o objetivo principal de promover um debate alargado sobre questões de elevado interesse para a segurança e defesa europeia.
No terceiro painel deste seminário foi abordado o tema "Em direção a uma arquitetura de defesa revigorada para a Europa", uma importante questão que tem sido o ponto central de análise do EWG 27, tendo como oradores especialistas altamente qualificados sobre este assunto: o General Prof. António Fontes Ramos, Vice-Presidente do Conselho Geral da EuroDefense-Portugal, que abordou "a iniciativa da Bússola Estratégica como um instrumento operacional para implementar a Estratégia Global da UE" e o Dr. Iric van Doorn, Vice-Presidente da EuroDefense-Holanda, que apresentou considerações desafiantes sobre "o futuro de uma organização de defesa da UE revigorada".
No final destas duas apresentações, foram feitas algumas considerações para estimular o debate pelos Presidentes das Associações EuroDefense da Áustria, Dr. Werner Fasslabend, da Holanda, Dr. Ernst van Hoek e de Portugal Dr. António Figueiredo Lopes.
O painel foi por mim moderado, tendo iniciado as apresentações com algumas observações introdutórias. Tive então a oportunidade de referir que os desenvolvimentos internos, por vezes discordantes, da UE, os efeitos pandémicos do COVID-19, juntamente com a incerteza

global do novo e em permanente evolução contexto envolvente europeu, as crises e os desafios de segurança que se acumulam dentro e fora da UE, bem como a nova ambição europeia de "autonomia estratégica", requerendo que a UE se torne um ator global, criaram o sentido de urgência exigido para que a UE seja mais responsável e resiliente para se defender de todas estas ameaças e desafios, de modo a proteger os seus cidadãos e a defender os seus valores, princípios e interesses comuns.

Além disso, na ausência de uma cultura estratégica comum entre os Estados-Membros da UE, e devido ao carácter em grande parte intergovernamental da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa, exigindo a unanimidade no complicado processo de tomada de decisão da UE, a experiência demonstrou que a mutualização e a partilha das capacidades nacionais, centradas apenas na vontade política nacional - já não são suficientes para que a UE possa agir rapidamente e responder eficazmente tanto às ameaças globais como às ações relacionadas com a intervenção operacional.

Por conseguinte, reformar, adaptar e reforçar a atual organização de defesa da UE, tendo por base essencial o aumento da confiança nas novas ferramentas, instrumentos e iniciativas em curso na PCSD, bem como na alteração do complexo e demorado processo de tomada de decisão e de geração de forças, no âmbito do atual quadro jurídico institucional, já não é um luxo, mas sim altamente necessário e urgente!

Com efeito, embora os interesses estratégicos europeus no domínio da segurança e defesa não acompanhem, obviamente, o nível de desenvolvimento qualitativo e abrangência estratégica da NATO, e considerando que os Estados-Membros da UE, por si só, não estão em condições de levar a cabo todo o espectro de missões exigidas pelo novo e exigente nível de ambição da UE, uma capacidade de resposta mais eficaz, flexível, cooperativa e rápida da UE é cada vez mais obrigatória.

Importa destacar as excelentes intervenções dos oradores. O General Fontes Ramos com uma apresentação muito interessante, concisa e atual sobre como a UE, aproveitando as novas relações transatlânticas rejuvenescidas e revitalizadas de Joe Biden, pode definir melhor as ameaças, desafios e objetivos comuns sobre as dimensões da segurança e da defesa, bem como sobre como promover uma maior cooperação transfronteiriça europeia orientada para o desenvolvimento das capacidades de defesa, e ainda sobre como a UE pode interagir melhor com a NATO, de modo a demonstrar a sua capacidade de identidade e afirmação credível como prestador de segurança internacional e promotor da paz.

Por seu lado, o Dr. Iric van Doorn com uma interessante visão de topo sobre como promover a tão necessária cultura estratégica comum europeia e sobre como reformar, adaptar e superar os obstáculos da atual arquitetura europeia de defesa, no quadro jurídico existente, para uma Europa da Defesa mais integrada, reforçada e credível, enquanto ator global.

No entanto, em geral, também importa muito saber como avançar para persuadir os Estados-Membros a cederem um pouco da sua soberania nacional e aceitarem a mudança do princípio da tomada de decisões por unanimidade em matéria de defesa, para o processo de votação por maioria qualificada (QMV), e, por outro lado, como a nova organização de defesa europeia reforçada se interligará com a Agenda NATO 2030 orientada para o futuro, no que diz respeito a uma nova divisão de trabalho UE-NATO entre as duas organizações, mantendo simultaneamente os princípios da cooperação, coerência, complementaridade e reforço mútuo, no contexto de assegurar a nossa defesa coletiva, bem como tendo em conta a recente proposta de Biden de uma eventual nova agenda da NATO para a China.

Neste contexto, considerando que 21 Estados-membros da UE são membros Aliados da NATO, e uma vez que as iniciativas "Bússola Estratégica" da UE e a "Agenda NATO 2030", na qual se insere o desenvolvimento de um novo Conceito Estratégico da NATO, correm em paralelo, seria uma ótima janela de oportunidade para se obter a tão desejada e necessária coerência e sincronização entre os planeamentos de forças de ambas organizações.

Estas importantes questões suscitaram comentários e perguntas muito pertinentes não só dos Presidentes EuroDefense como da generalidade dos participantes que, na sua maioria intervieram por videoconferência.

Resumindo, penso que o painel decorreu muito bem, permitindo-nos chegar a uma discussão muito informativa, clarificadora e útil, bem como apresentar propostas e recomendações muito construtivas para o futuro próximo de uma nova arquitetura europeia em matéria de defesa, nomeadamente sobre:

i. em primeiro lugar, como aumentar a confiança nos instrumentos e iniciativas em curso na PCSD (CARD, PESCO, FED), de forma a alcançar os nossos objetivos e ambições;
ii. em segundo lugar, como concretizar as tão necessárias capacidades militares de curto, médio e longo prazos, fazendo esforços, simultaneamente, para se conseguir um mercado de defesa menos fragmentado e uma significativamente menor dependência externa da cadeia de abastecimento de defesa;
iii. em terceiro lugar, como implementar a controversa proposta sobre o conceito de especialização das forças militares, na conceção e desenvolvimento da nova arquitetura europeia de defesa;
iv. e por último, mas não menos importante, como equilibrar a necessidade de uma maior cooperação e integração europeia em matéria de defesa, com uma maior coordenação e complementaridade com a NATO.

Augusto de Melo Correia | 30.06.2021
Vice-Presidente do Conselho Consultivo

A NATO GLOBAL: UMA DÚVIDA PERTINENTE

A visita de Biden à Europa relançou as relações transatlânticas, no apoio claro que manifestou à União Europeia e na sua reafirmação das garantias de defesa mútua da NATO.
Biden propôs, contudo, uma mutação estratégica fundamental para as relações euro-americanas: considerar que a China é um adversário sistémico e que contrariar o seu crescimento, e, a termo, a sua preponderância mundial, deve ser o novo propósito comum, incluindo da NATO. Tal signi□ca empurrar os europeus, do ponto de vista das suas políticas de segurança e defesa, para a Ásia, o novo centro de gravidade da estratégia americana.
Neste momento de encantamento, justificado, com um Presidente democrata com uma agenda progressista, Emmanuel Macron ousou exprimir sérias dúvidas sobre a pertinência da expansão da NATO para lá da área euro-atlântica.
A questão não é propriamente inédita. No final da Guerra Fria, especialistas americanos defenderam que a sobrevivência da NATO obrigava a abandonar a limitação geográfica colocada pelo tratado - se então se falava em *out of area or out of business*, agora seria *out of Asia out of business*.
Pensava-se então que a democracia liberal tinha triunfado para sempre na Europa. A Rússia de Ieltsin era vista como um parceiro estratégico da NATO. Privada de inimigo, as opções da Aliança Atlântica eram a dissolução, como fez o Pacto de Varsóvia, ou o alargamento do seu âmbito de ação. Acabou por vingar o alargamento, mas de forma muito contida.
Mesmo a intervenção no Afeganistão foi justificada como resposta a um ataque a um Estado-membro na área euro-atlântica Hoje não é assim. A anexação da Crimeia, a intervenção na Ucrânia, os ataques cibernéticos, a intromissão nos processos eleitorais alteraram a relação com a Rússia, que hoje é vista como uma ameaça por todos os membros da Aliança Atlântica.
Em relação à China, as questões são bem mais complexas, muito mais centradas no futuro que se antevê e teme. As grandes questões da agenda são o ambiente, os direitos humanos, o comércio e a tecnologia. A dimensão de segurança continua a ser lateral, com a China ainda muito focada em zonas próximas do seu território, um problema da segurança internacional, mas que não representa uma ameaça militar ao espaço euro-atlântico.
A NATO, que é uma organização de defesa coletiva, não é a instituição adequada para estruturar as relações políticas e económicas com a China. Esse caminho seria visto como uma afirmação da prevalência das questões militares, o que encaminharia o mundo para uma nova Guerra Fria. Forjar uma nova bipolaridade só servirá para alimentar o nacionalismo chinês, como fez a retórica racista antichinesa de Trump.
Uma NATO global poderia significar o fim do projeto da identidade estratégica da União Europeia, cuja ação internacional se pauta, regra geral, pela procura de soluções negociadas e multilaterais e com uma visão defensiva do uso da força. O impacto de uma NATO global, nas relações da União com países do Sul, seria muito negativo.
O alargamento do campo de ação da NATO dificultaria muito a autonomia europeia perante operações militares norte-americanas fora da área do Atlântico Norte - basta recordar as divergências entre os Aliados face à guerra do Iraque.
Finalmente, convém não esquecer que Biden não será Presidente para sempre e que o nacional-populismo, com ou sem Trump, pode regressar ao poder.
Biden tem razão ao sublinhar a necessidade de colocar na agenda os desa□os que enfrentam as democracias liberais, incluindo a americana, e a pertinência de uma política de defesa dos direitos humanos, o que obviamente tem implicações nas relações com a China, numa altura em que aumenta a repressão em Hong Kong e os campos de reeducação em Xinjiang merecem a condenação internacional. Mas ninguém pensará que a NATO é o quadro certo para promover tal agenda.
Para lá da NATO, a União Europeia e os Estados Unidos devem renovar o diálogo transatlântico bilateral e nas organizações das Nações Unidas.
Aqui se inclui o gigantesco desafio de integrar na ordem multilateral a emergência de uma superpotência como a China - hoje económica, amanhã também certamente militar; para já autocrática. O diálogo transatlântico deve ultrapassar qualquer ilusão de regresso a um mundo unipolar de hegemonia americana, ou sequer euro-americana. O mundo já é policêntrico e cada vez o será mais.
A melhor estratégia para preservar a ordem internacional, enfrentar os grandes desa□os globais, como os do clima e da saúde, e defender a perenidade das democracias liberais é pensar o futuro com a China (e a Índia). Uma Europa unida e uma América multilateral não terão razões para temer esse desafio.
Para o sucesso desta via, é fundamental que europeus e americanos assumam, e resolvam, os graves problemas políticos e sociais das suas democracias, desde logo as consequências da crise pandémica e a ascensão da extrema-direita. A prazo, deverão encontrar apoio numa classe média chinesa "empoderada" pelas transformações sociais e tecnológicas, e que terá um papel decisivo no mundo policêntrico.

Álvaro Vasconcelos
Presidente do Conselo Consultivo
Antigo director do Instituto de Estudos de Segurança da EU

Artigo de opinião publicado no Jornal Público em 28 de junho de 2021.

Divulgação da Conferência "Uma Nova NATO numa Nova Era"

A Conferência "Uma Nova NATO numa Nova Era", realizada no passado dia **17 de junho**, coorganizada entre o Instituto Universitário Militar (IUM), o Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) da Universidade Nova de Lisboa e o OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa. Num contexto de alterações sistémicas na geopolítica mundial e na segurança internacional, e na esteira da primeira Cimeira da NATO com a presença do Presidente Biden e onde os 30 países Aliados discutem o reposicionamento e a evolução da Aliança Atlântica.

Good afternoon everyone.

I want to thank EuroDefence-Portugal for providing me this opportunity.

I would like to take this occasion to point out, in this short time available to us, how much the European Union's energy dependence on external sources of supply is, and the greatness in terms of global security. And reflecting on the environmental and geopolitical consequences about the different options available or to be taken by the European Union in order to reduce their energy dependency.

Let us begin by emphasising that the European Union has the greatest economic and investment relationship on a global scale that must be preserved and defended from any kind of disruptive actions by opposing powers. **However, Europe's dependence on external sources of energy resources poses a serious risk to its Security.**

Let us begin by analysing the extent of dependence on energy resources obtained outside the European Union:

Nothing less than almost sixty percent and with a tendency to worsen. Despite some improvement achieved in recent years by some Member States, almost all remain in deficit. In fact, the difference between the global energy produced and the energy consumed is enormous. On the order of well over fifty percent.

But where are the major deficits?

Naturally in the so-called fossil fuels. Oil, natural gas and coal. Renewable resources for electricity generation already account for more than half of the resources that guarantee this generation. But the great energy consumption falls on the so-called fossil fuels. Particularly with regard to oil and natural gas, which are still almost absent from production in EU countries. Oil accounts for four per cent (4%) of the total energy produced in the EU while its consumption reaches thirty-six per cent (36%) of the total. The situation in natural gas, although not so serious, is also very important. Production corresponds to nine per cent (9%) of the total energy produced while its consumption reaches twenty-one per cent (21%) of the total. That is where we must continue to act. More and more.

However, from where energy resources are obtained to bridge deficits!!! In the year two thousand and eighteen (2018), according to statistical data published by Eurostat, around thirty per cent of European Union oil imports, forty per cent of natural gas imports and forty-two per cent of coal imports came from Russia. In the same year, Gazprom, Russia's state-owned gas monopoly, supplied more than two hundred billion cubic meters of gas to European countries, with eighty-one per cent heading to Western Europe. Russia has imposed itself as the major fuel supplier to the European Union. The European Union's excessive energy dependence on external sources poses a major threat to its security and its economic sector.

It should be noted that the risk of discontinuity of gas supplies to the European Union is very high. Those gas pipelines run through regions with major geopolitical issues which are difficult to solve. It should be recalled that a large part of Europe, including the Balkans, has been dependent on Russian natural gas since Soviet times. Little has changed in this respect with the implosion of the Soviet Union, as Russia was no longer seen as a strategic adversary. In addition, Russia's dependence on gas sales in Europe as an important source of revenue for state-owned Gazprom was considered a guarantee against the use of gas supply as a strategic tool by Moscow. However, Russia's energy supply dependency, resulting from a pipeline system built during the Cold War, has increasingly proved to be a negative and disruptive factor in Europe's energy security.

Although the system has recently been expanded with the installation of the Nordstream gas pipelines, which connect the Vyborg and Ust-Luga oil fields in Russia to the Greifswald terminal in Germany, across the Baltic Sea, the dependence on supplies continues to show a very high risk. Note the strong opposition of the United States to the entry into service of Nordstream2. Supply disruptions of energy resources would cause very significant losses for european national economies.

In order to counter such a possibility, the European Union should make it a priority to diversify its supply routes and develop alternative sources of energy. There have been discoveries in the eastern mediterranean, although the infrastructure is yet to be constructed.

However, the Member States of the European Union have multiple possibilities of obtaining energy resources ranging from shale oil and shale gas to methane hydrates to even green hydrogen (that is, hydrogen produced by desalinized water electrolysis without fossil fuels) as fuel resources, through wind power and photovoltaic energy as renewable electricity generators.

Methane hydrates are a potentially vast fossil fuel energy source that could provide up to ten to fifteen per cent of global natural gas production within the next two decades. At the same time, hydrates extraction for energy use and potential hydrate destabilization due to global warming could lead to the release of large emissions further providing an acceleration of climate change. The inventory of these resources availables in the European Union guarantees oil for many years and natural gas for many decades. The main problems of the European Union with regard to the development of its own resources in general and of shale gas or the methane hydrates in particular, Europe has a high population density, resulting in greater sensitivity and environmental constraints. Another major concern will be the potential influence of the development of shale gas on the safety and quality of groundwater. It is feared that the development of shale gas will result in freshwater shortages in the areas of its development and cause contamination and environmental pollution in freshwater and soil. As an alternative external source the European Union members could also access the shale gas that the United States is currently able to export to Europe.

Very recently, on the twenty-seventh of May, as the continent was beginning to ease out of lockdown, the European Union proposed an economic recovery plan that pledges to continue its Green Deal - a strategy to eliminate greenhouse gas emissions in Europe. The plan includes a commitment to eventually produce 1 million metric tons of green hydrogen per year, backed by funding of up to thirty billion euros.

On the same day in the UK, which is no longer part of the European Union, members of Parliament published a blueprint for a green recovery from COVID-19 that advises the government to boost investment in hydrogen infrastructure. Today, hydrogen is mainly used in oil refining and the manufacturing of ammonia and methanol, two key basic chemicals. Its backers see the gas being used in the future to produce electricity or being fed into fuel cells to run cars or power plants. The chances of diversifying energy sources are vast. And increased supply guarantees are also possible.

Even, to reach the mínimum energy security requirements through the development of Space-Based Solar Power that guarantee the uninterrupted supply of electricity, far more difficult to neutralise and which ensures defence operations in the event of obvious and immnent threat or emergency, resulting from natural or unavoidable disasters. At that source of electricity generation the solar radiation is collected and converted to microwave energy by means maintained in outer space on a satellite system. The microwave energy is then transmitted to Earth and converted to electrical power for distribution. If successful, such systems could provide constant access to almost un-limited power and thus play a significant role in national and international energy security strategies. With growing international awareness of energy security challenges, the promise of space-based solar power for clean and unlimited energy for all human-kind is certainly appealing. Preventing resource conflicts in the face of increasing global populations and demands in the twenty-first (21st) century is a high priority for the security and defense. All solution options to these challenges should be explored, including opportunities from space.

Thank you for your attention.

Intervenção: **Prof. José Caleia Rodrigues**

2º Painel: *"Sustainable Energy in the EU Defence and Security Sector"*

Seminar: "International Meeting EURODEFENSE"

17.06.2021 | Instituto Universitário Militar (IUM)

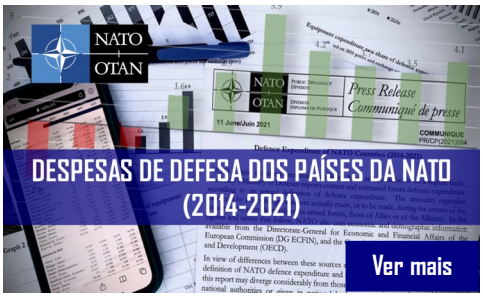
SUGESTÕES DE LEITURA EURODEFENSE

O Relatório de Direitos Fundamentais 2021 da FRA analisa os principais desenvolvimentos no campo em 2020, identificando realizações e áreas de preocupação. Também apresenta as opiniões da FRA sobre esses desenvolvimentos, incluindo uma sinopse das evidências que apoiam essas opiniões. O capítulo focal deste ano explora o impacto da pandemia COVID-19 sobre os direitos fundamentais. Os capítulos restantes abrangem: a Carta dos Direitos Fundamentais da UE; igualdade e não discriminação; racismo, xenofobia e intolerância relacionada; Igualdade e inclusão dos ciganos; asilo, fronteiras e migração; sociedade da informação, privacidade e proteção de dados; direitos da criança; acesso à justiça; e a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

★ Opiniões da FRA

★ A pandemia de coronavírus e direitos fundamentais

A rejeição do Reino Unido de qualquer relação institucionalizada com a UE em política externa, de segurança e defesa é indiscutivelmente a característica mais notável da dispensa pós-Brexit. Numa reversão total no início de 2020, o governo britânico abandonou as promessas feitas na Declaração Política de 2019 de "estabelecer consultas estruturadas e diálogos temáticos regulares [que] poderiam contribuir para a realização de objetivos comuns", incluindo sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa.Esta lacuna foi intensificada pela ausência de qualquer referência aos assuntos externos no Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido ou na Revisão Integrada de Segurança, Defesa, Desenvolvimento e Política Externa. Na verdade, a Revisão Integrada essencialmente ignora a UE, referindo-se apenas às ambições britânicas de permanecer um ator de defesa europeu líder, com foco em instâncias multilaterais (ONU e a NATO), relações bilaterais e agrupamentos *ad hoc*. Em suma, agora existe um buraco do tamanho da UE no pensamento da política externa britânica.



A NATO recolhe dados sobre despesas de defesa dos Aliados e publica-os regularmente. Cada Ministério da Defesa dos Aliados relata as despesas de defesa atuais e futuras estimadas de acordo com uma definição acordada de despesas de defesa. Os montantes representam pagamentos por um governo nacional efetivamente efetuados, ou a efetuar, no decurso do exercício financeiro, para satisfazer as necessidades das suas forças armadas, dos Aliados ou da Aliança.

Olhando para o horizonte de 2030, este *documento* analisa a necessidade de uma abordagem de prevenção de conflitos em face de três megatendências que terão repercussões globais de longo alcance.
As três tendências: alterações climáticas, digitalização e fragmentação da autoridade - não só terão múltiplas implicações ambientais, sociais e políticas, mas também podem ter um impacto considerável na paz e na dinâmica dos conflitos.

Em junho de 2020, o Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, lançou a NATO 2030, uma iniciativa para fortalecer militarmente a Aliança, torná-la politicamente mais forte e adotar uma abordagem mais global. A NATO estendeu a mão à sociedade civil, à juventude e ao setor privado para obter a sua contribuição sobre a NATO 2030, incluindo através de uma série de seis Diálogos NATO-Setor Privado realizados em cooperação com a GLOBSEC.

CRIAÇÃO DE UM NOVO GRUPO DE TRABALHO: ENERGIA, CLIMA, SEGURANÇA E DEFESA

No âmbito mais geral da contribuição que o **Centro de Estudos EuroDefense-Portugal** tem protagonizado nos programas e grupos de trabalho da rede EURODEFENSE ao longo do tempo, foi aceite a criação e respetiva coordenação por parte de Portugal de um Working Group sobre o tema da «Energia, Clima, Segurança e Defesa» - agora designado EWG 26B, tendo como coordenador Eduardo Caetano de Sousa.

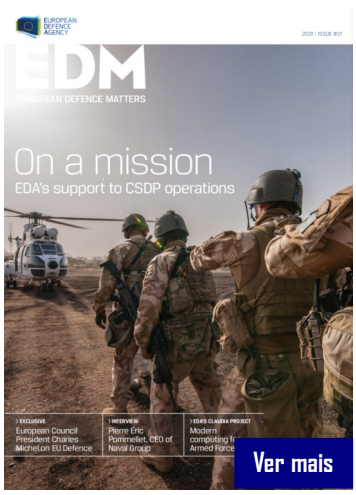
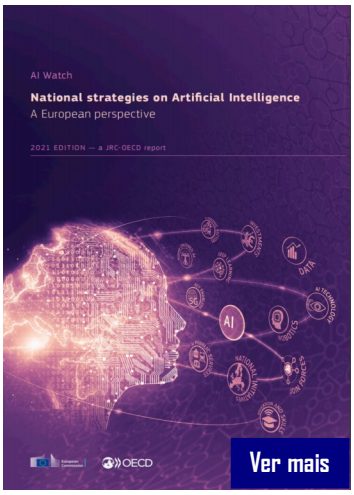
Este EWG tem como objetivos principais:

a) Proporcionar o estudo, investigação e debate das questões da Geopolítica Energética;

b) Acompanhar e identificar os novos domínios científicos, tecnológicos e industriais energéticos do setor civil, como potencial de complementaridade e ligação à BTIDE, tendo por base a componente de Segurança e Defesa;

c) Acompanhar os desenvolvimentos e atividades das políticas de Segurança Energética no quadro da UE e da NATO e outras organizações, nomeadamente no campo das novas energias;

d) Formalizar eventuais recomendações a apresentar e debater em reuniões da «EURODEFENSE Presidential Conference»;

e) Elaborar um documento de base a endereçar às entidades europeias e nacionais relevantes, como contributo para uma Estratégia Energética no âmbito da Defesa Europeia, inserida no quadro da Autonomia Estratégica da UE, acompanhando a edificação das novas políticas energéticas previstas no «The European Green Deal».

Durante o mês de Junho, a EuroDefense Jovem-Portugal (EDJ) continuou a sua atividade de produção de conteúdo, ainda que a um ritmo diferente.
No início do mês, abordou a Conferência sobre o Futuro da Europa, dedicando um *post* informativo a esta temática tão relevante, com o propósito de esclarecer os jovens e, ainda, fomentar a reflexão e o debate sobre os assuntos que serão discutidos até abril de 2022.
As restantes semanas do mês foram dedicadas à formulação do Plano de Atividades para o ano letivo 2021-22. Numa primeira fase, o debate foi aberto aos mais de 100 membros da EDJ, para que pudessem contribuir com a sua perspetiva sobre o que é e o que deve ser a EDJ, em que áreas deve atuar, que iniciativas deve adotar, entre outros aspetos. Ao longo do mês, muitas foram as sugestões dadas, que a Comissão teve em conta.
Por fim, depois de abrir as inscrições para que novos colaboradores se juntassem à Comissão, integrando os grupos responsáveis pelas várias iniciativas, a Comissão EDJ decidiu incluir no Plano de Atividades: os Debates e Conferências (no qual se incluem, por exemplo, as Tertúlias EDJ e as Mesas Redondas entre membros), a realização de Cursos/Workshops e Visitas Institucionais, a organização do novo plano de Estágios e uma Iniciativa dedicada aos jovens do Secundário. Criou ainda uma Redação que se ocupará da coordenação das Reflexões EDJ, bem como da conceptualização de uma Revista Jovem. O grupo de Comunicação foi igualmente reformulado.
No âmbito do Plano, a Comissão ampliou também os contactos com grupos jovens da EuroDefense a nível europeu. O Plano de Atividades foi apresentado aos membros no Conselho Geral de 25/06, tendo sido aprovado.